

Análise da arrecadação da receita pública dos municípios do Estado de Santa Catarina**Analysis of the collection of public revenue municipalities of the State of Santa Catarina**

Recebimento dos originais: 13/04/2018

Aceitação para publicação: 16/05/2018

Gilvane Scheren

Mestre em Ciências Contábeis e Administração (UNOCHAPECÓ)

Instituição: Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

Endereço para contato: Av. Senador Attílio Fontana, 591-E, Bairro Efapi - CEP 89.809-000 –
Chapecó, SC, Brasil

Email: gilvane.scheren@unochapeco.edu.br

Julio Cesar Araujo da Silva Junior

Doutor em Economia Aplicada (UFRGS)

Instituição: Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

Endereço para contato: Av. Senador Attílio Fontana, 591-E, Bairro Efapi - CEP 89.809-000 –
Chapecó, SC, Brasil

Email: julioeconometria@gmail.com

Celso Galante

Mestre em Contabilidade (FURB)

Instituição: Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

Endereço para contato: Av. Senador Attílio Fontana, 591-E, Bairro Efapi - CEP 89.809-000 –
Chapecó, SC, Brasil

Email: celsogalante@unochapeco.edu.br

RESUMO

A análise da arrecadação da receita municipal em períodos de crise econômica que perpassa no momento atual expõe a necessidade de pesquisas que investiguem os principais determinantes da arrecadação e seus impactos na receita pública municipal. Contudo, poucos trabalhos buscam um maior entendimento do comportamento das arrecadações de receitas no Brasil, em especial, a nível municipal para o estado de Santa Catarina. Diante disso, o presente artigo tem o objetivo de analisar o impacto dos principais determinantes da arrecadação no intervalo de 2012 a 2015, para os municípios catarinenses. Os resultados apontaram uma relação positiva entre as receitas tributárias e transferências correntes e a população, o número de empresas e o número de vínculos empregatícios, a depender do tipo de receita avaliado. Além disso, o valor adicionado na agricultura, quando significativo, se mostrou mais impactante nas receitas dos municípios de Santa Catarina do que o de outros setores.

Palavras-chave: Município; Receitas; Setor Público; Dados em Painel.

ABSTRACT

The analysis of the collection of the municipal revenue in periods of economic crisis that pervades at the present moment exposes the need for research that investigates the main determinants of the collection and its impacts on the municipal public revenue. However, few workers seek a better understanding of the behavior of revenue collections in Brazil, especially at the municipal level for the state of Santa Catarina. Therefore, the objective of this article is to analyze the impact of the main determinants of collection in the interval between 2012 and 2015 for the municipalities of Santa Catarina. The results showed a positive relation between tax revenues and current transfers and the population, the number of companies and the number of employment bonds, depending on the type of income evaluated. In addition, value added in agriculture, when significant, was more impacting in the revenues of the municipalities of Santa Catarina than in other sectors.

Keywords: Municipality; Recipes; Public sector; Panel Data.

1 INTRODUÇÃO

Os serviços públicos com o passar dos anos se tornaram cada vez mais complexos, na busca do atendimento às necessidades de uma sociedade cada vez mais exigente na procura por seus direitos constitucionais. Esse aumento de exigência tem como fonte dois fatores principais: o crescimento econômico e o nível de conscientização da sociedade. No atendimento das demandas da sociedade, Costa *et al.* (2013) afirmam que houve uma inversão do papel tradicional do Estado, que tem por natureza o atendimento as necessidades públicas, para um estado que passa a se preocupar com os aspectos patrimonialistas, de emprego consciente e transparente do dinheiro público.

Para a Administração Pública ter condições de proporcionar um serviço para a sociedade, segundo Dantas *et al.* (2014), faz-se necessário o cumprimento de regras, limites e discriminação das atividades oferecidas. Assim, o orçamento público representa a ferramenta que permite exprimir as ações de governo e abarcar elementos sobre receitas e despesas realizadas pelo gestor público. Neste contexto, Giacomini (2005) define orçamento público como o resultado de aspectos jurídicos, administrativos, políticos, contábeis e financeiros.

A capacidade de investimentos, manutenção da estrutura existente em saúde, educação, segurança, são maiores que as receitas ou sua performance fiscal (arrecadação) dos entes subnacionais (estados e municípios), nos últimos anos, de acordo com Righi e Ceretta (2015). Dessa forma, surge espaço para que ocorra endividamento dos governos subnacionais, os quais recorrem a empréstimo e financiamentos para implementar investimentos ou sanar as demandas da sociedade.

A eficiência tributária de cada esfera de governo depende de suas competências tributárias. A teoria das Finanças Públicas estabelece que o governo federal é responsável pela arrecadação de

impostos que requerem maior grau de centralização administrativa ou aqueles que afetam as políticas públicas do país. Em se tratando dos Estados, a tributação incide sobre o consumo e a circulação de bens. Já para os municípios, cabe-lhes assumir a responsabilidade pela tributação do patrimônio físico, como os impostos incidentes sobre a propriedade imobiliária, cuja base tributária é a propriedade de imóveis (SOARES; FLORES; CORONEL, 2014).

De acordo com os dados elaborados pela Comissão Organizadora da 6ª Conferência Nacional das Cidades em Santa Catarina e pelo Conselho Estadual das Cidades SC, a economia catarinense está alicerçada em cerca de 80% dos municípios de Santa Catarina (232) com menos de 20.000 habitantes, dos quais 172 Municípios (60% do total do Estado) contam com menos de 10.000 habitantes, totalizando 808.820 habitantes (12,9% do total do Estado) dos quais 45% vivem em área urbana. Destaca-se ainda que nos municípios menores predomina a população rural (55%), que diminui naqueles de 10 a 20.000 habitantes (31%), municípios semi-rurais. Com isso, percebe-se que a dependência dos municípios ainda está alicerçada de forma predominante ao meio rural, em que as principais fontes de recursos não estão vinculadas às atividades agrícola. Esse fato contribui para a compreensão sobre as dependências financeiras dos municípios expressa em veículos de comunicação.

Para uma compreensão das principais determinantes que afetam a arrecadação nos diferentes municípios catarinenses, recorreu-se a análise da movimentação de empresas e seus respectivos vínculos de trabalho. Juntamente com o valor que é agregado pelos diferentes setores da economia, elas contribuem para verificar a influencia de fatores econômicos na arrecadação dos municípios. Além disso, dadas diferentes características de formação e emancipação de municípios, a esfera pública acaba sendo o maior empregador de uma boa parte de municípios de pequeno porte, desempenha um papel fundamental na economia municipal. Nesse contexto, a figura pública desempenha um papel essencial na economia como fornecimento da prestação de serviços básicos à população. Para tanto, é essencial que os municípios não tenham sua capacidade financeira comprometida, pois isso poderia comprometer o modelo ao qual a sociedade está estruturada.

A partir disso, emerge a questão abordada neste artigo: Quais são os principais fatores determinantes das fontes de receita dos municípios do estado de Santa Catarina no período de 2012 a 2015? E, para responder este questionamento, tem-se como objetivo deste artigo analisar a relação entre os valores agregados pelos diferentes setores, a população, o número de empresas e de vínculos empregatícios e sua relação com as fontes de receita dos municípios catarinenses.

A principal contribuição deste estudo é o fornecimento de informações sobre o comportamento das receitas dos municípios de Santa Catarina, ainda não observados na literatura

sob essa perspectiva quantitativa aqui abordada. Os resultados indicaram, de modo geral, impactos positivos das variáveis econômicas utilizadas nas receitas municipais. Isso é importante pois permite que sejam elaboradas estratégias como o estabelecimento de novos convênios com os demais entes da federação ou por meio de incentivos no desenvolvimento empresarial.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção tem como propósito apresentar as fundamentações teóricas e conceituais para o entendimento, e dessa forma, aborda-se os preceitos das receitas municipais, contabilização da receita orçamentária, uma análise da equalização fiscal nos municípios e estudos assemelhados referente a temática.

2.1 CONTABILIZAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A contabilidade é o instrumento que auxilia a administração, e segundo Marion (2012), sua principal função como sistema de informação destinado a prover a seus usuários de dados para ajudá-los a tomar decisão. Como instrumentalização da contabilidade aplicada ao setor público, o Orçamento Público é definido pela Constituição Federal de 1988, nos art. 165 a 169, sendo um ato preventivo e autorizativo das receitas que o Estado deve realizar em um exercício. Na gestão pública no Brasil, conforme Rosa (2011), o marco normativo é representado pela Lei Federal nº 4.320/1964, que estatuiu normas gerais de Direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, vigente e em plena aplicação até os dias atuais.

A utilização da previsão da receita por meio dos orçamentos visa estabelecer metas a serem cumpridas pelos gestores nos órgãos públicos definiram um novo delineamento com a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal (SANTOS; ALVES, 2011). Conforme prevê a Lei Federal nº 4.320/1964 as receitas públicas são estimativas pelos últimos três anos que é possível mensurar a receita prevista no processo orçamentário. A partir dela que se dimensiona a capacidade governamental em fixar a despesa pública, e no momento da sua arrecadação, torna-se instrumento condicionante da execução orçamentária da despesa (STN, 2016). A Lei Federal nº 4.320/1964 estabelece quatro estágios da receita orçamentária, conforme evidência o Quadro 1.

Quadro 1 – Estágios da receita orçamentária

Planejamento	Previsão
Execução	Lançamento
	Arrecadação
	Recolhimento

Fonte: STN (2016)

Conforme Quadro 1, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor estabelece que a previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária. Com base nas normas técnicas e legais correlatas e em conformidade com as disposições constantes na LRF. Sobre o assunto, vale destacar o art. 12 da referida norma:

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas. (BRASIL, 2000)

A realização da receita se dá em três estágios: o lançamento, a arrecadação e o recolhimento. A Lei Federal nº 4.320/1964 define o lançamento como ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. A arrecadação corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores e o recolhimento é a transferência dos valores arrecadados à conta específica conforme sua natureza e sua destinação por disponibilidade a aplicação ao qual foi objeto de sua constituição. O Quadro 2 apresenta o demonstrativo dos três estágios da execução da receita:

Quadro 2 – Etapas de Execução da receita orçamentária

Lançamento	O art. 53 da Lei Federal nº 4.320/1964, define o lançamento como ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. Por sua vez, para o art. 142 do CTN, lançamento é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível.
Arrecadação	Corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente. Segundo o art. 35 da Lei Federal nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas.
Recolhimento	É a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa, conforme determina o art. 56 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a seguir transcrito: Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

Fonte: Adaptado STN (2016)

Com a conclusão do processo de recolhimento da receita pública pelo município, sua aplicação fica ao critério da administração local, independentemente de qualquer consulta ou aprovação do Estado ou da União para o uso dessa renda, bastando para isso que a lei orçamentária anual municipal contenha as dotações necessárias para o exercício em que vão ser aplicadas (RIGHI; CERETTA, 2015).

2.2 RECEITAS MUNICIPAIS E A EQUALIZAÇÃO FISCAL NOS MUNICÍPIOS

A capacidade de arrecadar dos municípios está relacionada aos impostos sobre sua competência: o Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbano (IPTU), o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), e o Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); que impactam diretamente nas receitas orçamentárias municipais. No entanto, a maior parte dos municípios depende de repasses oriundos das transferências governamentais para executarem seus orçamentos públicos. Assim, a receita municipal é formada pela arrecadação tributária própria e por transferências intergovernamentais. Os meios de repasse de receitas de transferências referem-se à

quota parte do ICMS, ao Fundo de Participação dos municípios (FPM), ao Fundo do IPI Exportação (FPEEX), ao Imposto Territorial Rural (ITR) e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) (ANDRADE, 2010). De acordo com Gouvêa, Varela e Farina(2010), apesar de os municípios apresentarem aumento na sua capacidade fiscal, tal processo não ocorreu de forma homogênea entre os municípios brasileiros. Os autores também mencionam que o Fundo de Participação Municipal (FPM), transferência da União para os municípios e a quota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), repasse estadual, são as principais transferências feitas aos municípios.

Os tributos de competência municipal têm sua capacidade de arrecadação perceptível de forma explícita em médios e grandes municípios, onde os municípios de pequeno porte, e predominantemente rurais, o potencial de arrecadação municipal é pouco expressivo (BOVO, 2001). De acordo com Tomio (2005), existem municípios incapazes de sustentar a folha de pagamento apenas com a receita própria, caracterizando uma dependência das transferências do Estado e da União. A principal delas, a dependência do Fundo de Participação Municipal (FPM), representa a maior fonte de recursos dos municípios de pequeno porte.

De acordo com a STN (2016), o detalhamento das classificações orçamentárias da receita é normatizado por meio de portaria da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). As receitas orçamentárias são classificadas segundo os seguintes critérios: de Natureza, Fonte/Destinação de Recursos e Indicador de Resultado Primário. A natureza da receita possibilita a identificação detalhada dos recursos que ingressam nos cofres públicos. Essa classificação é formada por um código numérico de 8 dígitos que se subdivide em seis níveis conforme exposto no Quadro 3.

Quadro 3 – Classificação da receita orçamentária

C	Categoria Econômica	1	Receita Corrente
O	Origem	1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
E	Espécie	1	Impostos
DDDD	Desdobramento para identificação das peculiaridades	3011	Impostos sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF
T	Tipo	1	Principal

Fonte: STN (2016, p. 38)

Essa classificação por natureza é realizada no intuito de proporcionar a identificação detalhada da receita públicas nos cofres públicos (STN, 2016). Com a distribuição para cada nível da classificação por natureza, torna mais analítico da receita e assim auxilia na elaboração de análises econômico-financeiras sobre a atuação estatal (STN, 2016). Para este estudo é utilizado o nível de detalhamento por “origem” que permitirá identificar a natureza da procedência das receitas no momento em que ingressam no Orçamento Público. Os códigos da Origem para as receitas orçamentárias, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, conforme expresso no Quadro 4.

Quadro 4 – Receitas orçamentárias detalhamento da origem

Receitas Correntes	Receitas de Capital
Receita Tributária	Operações de Crédito
Receita de Contribuições	Alienação de Bens
Receita Patrimonial	Amortização de Empréstimos
Receita Agropecuária	Transferências de Capital
Receita Industrial	Outras Receitas de Capital
Receita de Serviços	
Transferências Correntes	
Outras Receitas Correntes	

Fonte: Adaptado STN (2016)

A origem da receita mencionada no Quadro 3 está dividida quanto á categoria econômica em receita corrente e receita de capital. As receitas correntes, quanto à procedência, tratam-se de receita derivada cuja finalidade é obter recursos financeiros para o Estado custear as atividades que lhe são correlatas. Origem de recursos das Receitas de Capital são recursos financeiros oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos obtidas junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas (STN, 2016).

Com a descentralização na administração pública ocorrida nos últimos anos, desencadeou uma nova problemática aos países instituídos em regimes federativos. Baião, Cunha e Souza (2014) afirmam que os governos subnacionais receberam maiores atribuições e passaram a ser responsáveis pela aplicação de um maior volume de recursos na provisão dos serviços públicos e implementação

das políticas públicas. No entanto, o maior montante arrecado pelos entes federativos se encontra na União. Na tentativa de corrigir o desequilíbrio, se fazem necessárias as transferências de recurso da instância central do governo aos governos estaduais, municipais (REZENDE, 2006).

O trabalho de Baião, Cunha e Souza (2014) também esclarece outros pontos de interesse público. Os autores apresentam resultados que mostram que algumas necessidades fiscais associadas à população em situação de extrema pobreza e crescimento populacional não foram equalizadas pelas transferências legais. Ao contrário, justamente os municípios que menos necessitavam de recursos, segundo estes critérios, foram os que mais receberam, considerando controladas a capacidade de gerar arrecadação própria e as outras demandas. No que diz respeito à capacidade fiscal, o PIB também foi um critério cuja relação com o repasse das transferências legais foi o contrário do preconizado pela equalização fiscal, pois justamente os municípios com maior PIB per capita receberam mais.

3 DADOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a análise da capacidade de arrecadação da receita pública em relação aos indicadores econômico-financeiros dos municípios do Estado de Santa Catarina no período de 2012 a 2015 utilizaram-se informações obtidas em órgãos no banco de dados os órgãos públicos competentes, dos quais se destacam o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Secretaria da Fazenda Estadual (SEF-SC), a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), e nas 21 Associações de Municípios de Santa Catarina.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa é realizada com base em dados de 295 municípios do estado de Santa Catarina. Foram excluídos quatro municípios que não apresentam as informações para análise em algum dos anos do intervalo de tempo investigado.

O período selecionado corresponde a 4 anos, exercícios 2012 até 2015, com dados da receita pública e de suas origens, totalizando 1.180 observações. Destaca-se que a escolha do ponto de corte no ano de 2012 ocorre em função do número de entidades da amostra, uma vez que o aumento desta amplitude temporal reduz significativamente tal número, e como término o ano de 2015 em virtude da emissão de parecer definitivo de aprovação das contas municipais pelo TCE-SC, origem

da coleta de dados das fontes de receitas municipais. Os dados utilizados seguem a estratégia adotada no trabalho de Anderson e Bankere Janakiraman (2003).

3.2 COLETA E FONTE DE DADOS

Foram coletadas na base de dados do TCE-SC as informações referentes à Receita Pública, com detalhamento de pela origem que compreende na receita corrente no detalhamento: receitas tributárias, contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes, outras receitas correntes e na receita de capital: as operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital. As informações referentes aos dados cadastrais das entidades, dados populacionais e outros indicadores foram obtidos no site do IBGE. Na base da FECAM e nas Associações de Municípios de Santa Catarina foram obtidos indicadores de desenvolvimento municipal. Na base de dados da Secretaria da Fazenda Estadual de Santa Catarina foram obtidas informações sobre o valor adicionado pelo município na geração de riqueza nas esferas industriais, agropecuária e comercial.

Para verificar a relação capacidade de arrecadação da receita pública em relação aos indicadores econômico-financeiros dos municípios do Estado de Santa Catarina foram propostas as variáveis da receita pública pela classificação da origem da receita. Isso corresponde a sua capacidade de arrecadação. Como variáveis independentes foram selecionados indicadores que abrangem as dimensões econômicas de geração de produto, neste trabalho constituídas pelo valor adicionado do município no período, por indicadores de emprego e renda emprego (número de empresas e vínculos empregatícios), população e tamanho do município (número de habitantes, como variável de controle).

3.3 APRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS E DAS EQUAÇÕES ESTIMADAS

De forma a permitir a comparabilidade das diferentes fontes de recursos públicos, as receitas públicas foram divididas de acordo com a classificação da natureza dos recursos, que culmina na formulação de quatro variáveis dependentes, conforme demonstrado no quadro 6, exposto a seguir:

Quadro 6 – Variáveis dependentes – composição dos grupos

Grupo	Classificação da receita	Composição do agrupamento
1	Receitas tributárias	Registra o valor total da arrecadação da receita tributária (impostos, taxas e contribuições de melhoria).
2	Transferências correntes	Registra o valor dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços.
3	Contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, e outras receitas correntes	<p>Receitas de Contribuições - registra o valor total da arrecadação de receita de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas;</p> <p>Receita Patrimonial - registra o valor total da arrecadação da receita patrimonial referente ao resultado financeiro da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens imobiliários ou mobiliários;</p> <p>Receita Agropecuária - registra o valor total da arrecadação da receita de produção vegetal, animal e derivados e outros;</p> <p>Receita Industrial - registra o valor total da arrecadação da receita da indústria de extração mineral, de transformação, de construção e outros;</p> <p>Receita de Serviços - registra o valor total da arrecadação da receita originária da prestação de serviços, tais como: atividades comerciais, financeiras, de transporte, de comunicação, de saúde, de armazenagem, serviços científicos e tecnológicos, de metrologia, agropecuários e etc.</p> <p>Outras receitas correntes: Registra o valor total da arrecadação de outras receitas correntes tais como multas, juros, restituições, indenizações, receita da dívida ativa, aplicações financeiras e outras.</p>
4	Receitas de Capital	Registra o valor dos recursos recebidos de: Operações de Crédito, Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital.

Fonte: Adaptado STN (2016).

O agrupamento das receitas públicas tem por foco reduzir o número de análises necessárias para a obtenção das respostas elencadas no estudo e facilitar o entendimento e a comparabilidade dos resultados obtidos. Na análise dos municípios pelas suas características populacionais, os municípios foram divididos em três grupos, elencados como de pequeno, médio ou grande porte, conforme abordado no quadro 7.

Quadro 7 – Classificação dos municípios por faixa de população

Classificação	Característica
Pequena	Se a população for inferior a <10 mil habitantes;
Média	Se a população for de >=10 mil a 50 mil habitantes;
Grande	Se a população for superior a >50 mil habitantes.

Fonte: Adaptado do Projeto de Lei nº 1.327/2011.

No intuito de possibilitar a realização dos testes propostos foram abordadas as variáveis independentes relacionadas: Valor Adicionado pela Agricultura; Indústria e Comércio, valores expressos em reais pela Secretaria da Fazenda Estadual – SC. Tais valores são apurados anualmente para cada município e com base no movimento econômico (vendas das empresas, vendas da produção agropecuária, consumo de energia elétrica, serviços de telecomunicação) ocorridos no município (SEF-SC, 2017).

Quadro 8 – Demais variáveis independentes

Variável	Composição do agrupamento
Valor Adicionado pela Agricultura; Indústria e Comércio	São apurados anualmente para cada município, em reais. Esses resultados descrevem a atividade econômica ocorrida ao longo do ano investigado para cada setor.
População, Empresas e Vínculos dos municípios	Obtidos a partir de dados IBGE e do Ministério do Trabalho. As três variáveis foram coletadas em unidades absolutas.
Tamanho município: Pequeno, Média ou Grande	Variáveis de classificação (<i>dummies</i>) utilizadas para controlar as características inerentes de cada tamanho de município.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com a intenção de verificar os determinantes das receitas municipais propõem-se as seguintes equações:

$$Rec_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 Agr_{it} + \alpha_2 Ind_{it} + \alpha_3 Com_{it} + \alpha_4 Tam_{it} + \alpha_5 Pop_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$Rec_{it} = \beta_0 + \beta_1 Agr_{it} + \beta_2 Ind_{it} + \beta_3 Com_{it} + \beta_4 Tam_{it} + \beta_5 Emp_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$Rec_{it} = \gamma_0 + \gamma_1 Agr_{it} + \gamma_2 Ind_{it} + \gamma_3 Com_{it} + \gamma_4 Tam_{it} + \gamma_5 Vin_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

em que Rec_{it} representam as receitas investigadas, em reais, que podem assumir os resultados dos grupos 1, 2, 3 e 4 do quadro 5, conforme a situação desejada; Agr_{it} é o valor adicionado da agricultura em reais; Ind_{it} é o valor adicionado da indústria em reais; Com_{it} é o valor adicionado do comércio em reais; Pop_{it} é a população em reais; Emp_{it} é o número de empresas; Vin_{it} é o número de vínculos empregatícios, dos municípios i no período t ; e Tam_{it} é uma variável *dummy* que recebe 1 para o tamanho do município (se pequeno, médio ou grande) e zero caso contrário.

Para todas as variáveis, exceto o tamanho, foram aplicados os logaritmos, o que permite uma análise direta da elasticidade das receitas em função de variações percentuais das demais variáveis. Não foi estabelecida uma equação única com todas as variáveis pois existe uma elevada associação entre número de empresas, vínculos e população, o que acarretaria em problemas de multicolinearidade. Por esse motivo decidiu-se pela estimação e análise em separado dessas variáveis. Essas equações foram estimadas considerando modelos de dados em painel, conforme descritos na próxima subseção.

3.4 MODELO DE DADOS EM PAINEL

De acordo com o tipo de dado utilizado nesta pesquisa, o qual permite acompanhar os mesmos municípios no decorrer dos anos investigados, empregaram-se métodos econométricos que consideram tanto características em nível individual quanto temporal, os modelos de dados em painel.

A utilização de tal método se deve ao fato de que os modelos de dados em painel possuem a vantagem de explorar variações das variáveis dispostas ao longo do tempo e entre diferentes unidades de corte transversal (em nosso caso, cidades). Além disto, de acordo com Wooldridge (2002), o uso dos modelos de dados de painel proporciona alguns benefícios relacionados à heterogeneidade das observações, ao maior nível de informação a respeito das variáveis explicativas, a uma menor colinearidade e maiores graus de liberdade para o modelo. E ainda,

segundo Stock e Watson (2003), o modelo de dados em painel pode controlar alguns tipos de variáveis omitidas sem observá-las.

Existem três modelos principais para as estimações de dados em painel, os modelos agregados (*pooled*), os modelos de painel com efeitos fixos e os modelos de painel com efeitos aleatórios. De acordo com Favero *et al.* (2009), os modelos agregados, *pooled*, apresentam o intercepto α e os parâmetros β das variáveis X para todas as observações ao longo de todo período em análise. A forma simplificada, apenas para uma variável explicativa X , o modelo seria:

$$Y_i = \alpha + \beta X_i + u_i \quad (4)$$

Pressupõe-se, nesse modelo, que o coeficiente angular β da variável explicativa X é idêntico para todas as observações ao longo do tempo, não levando em consideração a natureza de cada *cross-section* estudada.

O modelo de painel com efeitos fixos considera essas alterações nas *cross-sections* ao longo do tempo, podendo ser escrito como:

$$Y_{it} = \alpha_i + \beta X_{it} + u_{it} \quad (5)$$

O subscrito i no termo do intercepto sugere que os interceptos das observações podem ser diferentes e essas diferenças podem ser oriundas de características específicas de cada observação. Além disso, o intercepto é fixo ao longo do tempo.

Já o modelo de efeitos aleatórios considera alguma falta de informação e representa por meio do termo de perturbação. Assim, o modelo pode ser descrito por:

$$Y_{it} = \alpha_i + \beta X_{it} + w_{it} \quad (6)$$

em que $w_{it} = \varepsilon_{it} + u_{it}$.

A determinação de qual dos três é o mais adequado depende dos resultados de testes específicos, quais sejam: i) teste *F*; ii) teste *Breusch-Pagan* (BP); iii) teste de *Hausman*¹.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Inicialmente realiza-se a análise das estatísticas descritivas da amostra, a título de contextualização das capacidades de arrecadação dos municípios catarinenses. Na sequência são analisados os resultados das estimações das equações (1), (2) e (3) por tipo de arrecadação.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DAS CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS

Os resultados das estatísticas descritivas são apresentados nas Tabelas 1 e 2. A partir delas pode-se observar um crescimento de 6,8% da média populacional dos municípios investigados no período de quatro anos. Por outro lado, a quantidade de empresas legalmente registradas no Estado apresentou um crescimento de 10,38%, o que sugere um período positivo da atividade econômica, de 2012 até 2015. O crescimento do número de vínculos empregatícios acompanhou o crescimento do número de empresas, com uma elevação de 10,54%.

¹Para mais detalhes sobre os testes consultar Hausman (1978), Johnston e DiNardo (1972) e Wooldridge (2002).

Tabela 1 – Análise descritiva da População, Empresas e Vínculos dos municípios em quantidade

Variável	Período	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
População	2012	21.638	1.431	526.338	51.748
	2013	22.489	1.414	546.981	53.982
	2014	22.804	1.389	554.601	54.861
	2015	23.116	1.365	562.151	55.735
Empresas	2012	689	17	16.534	1.729
	2013	708	16	17.081	1.777
	2014	732	17	17.482	1.826
	2015	753	15	17.726	1.866
Vínculos	2012	6.214	31	181.459	19.252
	2013	6.353	34	184.590	19.708
	2014	6.677	36	190.871	20.553
	2015	6.867	35	211.191	21.192

Fonte: Elaborado pelos autores.

O resultado da População média por município em 2015 foi de 23.116 habitantes. Essa variável é a que evidencia maior amplitude, com valor mínimo de 1.365 e máximo de 562.151 habitantes. Esses dados, associados aos valores dos desvios padrão (55.735 em 2015) tornam clara a existência de municípios de diferentes tamanhos e que podem possuir diferentes características tributárias. Ainda nesse sentido, foram apurados valores discrepantes entre a mínima verificada de 15 empresas instaladas no município de São Miguel da Boa Vista e a máxima de 17.726 empresas presentes no município de Florianópolis, em 2015.

No caso dos vínculos empregatícios por municípios pode-se apontar número médio de 6.867 vínculos no ano de 2015, por município. Em que o mínimo corresponde nos anos de 2012 a 2015 estão vinculadas ao município de Barra Bonita e os máximos são Joinville e Florianópolis, respectivamente. A mediana resultou em 1.327 vínculos em 2015 e caracteriza uma concentração do trabalho em alguns municípios e um grande número de municípios com baixo número de vínculos empregatícios.

Tabela 2 –Análise descritiva das fontes de receitas dos municípios por “Origem” em milhares de reais

Variável	Período	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Grupo 1- Receitas tributárias	2012	8.135	108	400.440	31.873
	2013	9.104	104	416.690	34.730
	2014	10.477	151	498.740	40.794
	2015	12.168	181	549.510	46.193
Grupo 2- Transferências correntes	2012	29.827	6.765	597.080	60.751
	2013	32.557	7.114	649.520	66.516
	2014	35.998	7.859	749.910	74.432
	2015	40.189	8.707	815.220	83.418
Grupo 3-Contribuições, patrimonial,outras receitas correntes, etc	2012	8.582	93	322.970	31.489
	2013	10.214	69	469.860	38.913
	2014	7.891	77	240.770	27.009
	2015	10.302	138	396.290	36.058
Grupo 4 - Receitas de Capital	2012	2.514	3,92	56.000	5.923
	2013	4.147	64	52.885	7.301
	2014	2.947	3,23	47.791	5.956
	2015	4.046	130	58.103	5.582

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação as médias de receitas obtidas destaca-se a importância das transferências correntes nos municípios com o valor de R\$ 40.189.000 reais em 2015, nas transferências correntes. Outro aspecto que cabe nota é relativo a diminuição dos valores em 2014 , se comparados a 2013, nos grupos 3 referentes as contribuições, patrimonial, outras receitas correntes e no grupo 4 das receitas de capital, o que denota uma redução dos recursos oriundos da esfera estadual e federal aos município por meio de convênios voluntários. Com relação aos valores mínimos e máximos obtidos, cabe ressaltar que sua distribuição se mostra discrepante. Apesar das receitas tributárias representarem a principal receita dos municípios, elas não apontam como principal fonte de recursos na amostra exposta. As receitas de contribuições , patrimonial, agropecuária, industrial e

de serviços não apresentam um padrão único e estável no decorrer do período, e, além disso, a sua ocorrência se caracteriza pela ação governamental para obtê-la. As outras receitas correntes possuem em seu pilar sua obtenção por meio de convênio firmado junto a outros entes federativos e assim apresentam variações no decorrer do período.

Os elevados desvios (se comparados às suas médias) confirmam os resultados sugeridos na análise da tabela anterior, os quais indicavam uma heterogeneidade grande entre os municípios, com valores amplos entre eles.

4.2 RESULTADOS DAS ESTIMAÇÕES DOS MODELOS

Os resultados dos modelos são apresentados nas tabelas 3, 4, 5 e 6. Em primeiro lugar, foram analisados os resultados referentes à receita tributária, em seguida, transferências correntes, na sequência os resultados dos determinantes para as receitas de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, e outras receitas correntes e ainda a análise em relação as receitas de capital existentes.

De acordo com os resultados constantes na Tabela 3, para o grupo 1 foi evidenciada uma relação positiva e significativa entre o população, empresas e vínculos empregatícios com as receitas, corroborando com a formação de premissas dos meios de arrecadação municipal dentre a estrutura econômica presente nos municípios catarinenses.

O coeficiente relativo a população foi o que apresentou a maior magnitude, sendo essa variável responsável, em média, por uma resposta de 2,88% para cada elevação de 1% da população. O número de empresas possui variação quase que proporcional a da receita, pois para aumentos de 1% no número de empresas a receita aumenta, em média, 1,05%. E, com o menor dos impactos na receita está o número de vínculos empregatícios, que responde com incrementos de aproximadamente 0,5% nas receitas.

Tabela 3 - Resultados da estimação do grupo 1 - Receita tributária

Modelos de painel com Efeito Fixo	Equação 1		Equação 2		Equação 3	
	coef.	razão-t	coef.	razão-t	coef.	razão-t
Constante	-16,360***	-5,910	4,848***	7,529	6,320***	10,919
Pequena	0,268	1,065	-0,053	-0,214	-0,120	-0,481
Média	-0,117	-0,536	-0,163	-0,753	-0,193	-0,884
VA - Agricultura	0,138***	3,576	0,125***	3,249	0,169***	4,370
VA - Indústria	0,074***	3,629	0,072***	3,530	0,066***	3,172
VA - Comércio	0,027	0,804	0,023	0,704	0,029	0,869
População	2,888***	9,213	-	-	-	-
Empresas	-	-	1,055***	9,683	-	-
Vínculos	-	-	-	-	0,502***	8,749
R2- ajustado	0,24		0,25		0,24	
Teste F	44,23		46,01		42,57	
<i>Breusch-Pagan</i>	5,19926e-217		2,04802e-224		6,15836e-220	
Hausman	4,96155e-026		2,28199e-019		9,36671e-028	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Notas: As estimações dos modelos foram realizadas com o uso de erros padrão robustos (HAC) no software Gretl. Coef. é a abreviatura de coeficiente.

Todas as variáveis foram utilizadas em escala logarítmica.

Os símbolos *, ** e *** representam significância a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

O valor adicionado na agricultura e adicionado na indústria também apresentaram significância estatística e resultados positivos. Especificamente, para aumentos de 1% no valor adicionado na agricultura, tem-se, para as equações 1, 2 e 3, aumentos de, em média, 0,138%, 0,125% e 0,169% na receita tributária, respectivamente. Já o valor adicionado na indústria impacta a receita em uma magnitude inferior, respondendo com aumentos de 0,074%, 0,072% e 0,066% na receita, para cada 1% de elevação de seus resultados.

Mesmo não apresentando resultados significativos, o porte dos municípios foi utilizado como variável de controle nas estimações. Isso, somado a utilização dos modelos de painéis com efeitos fixos, contribui para o controle da heterogeneidade dos dados.

Na Tabela 4 apresentam-se os resultados para o grupo 2, as receitas de transferências correntes.

Tabela 4 - Resultados da estimação do grupo 2 - Receita Transferências Correntes

Modelos de Painel com Efeito Fixo	Equação 1		Equação 2		Equação 3	
	coef.	razão-t	coef.	razão-t	coef.	razão-t
Constante	-8,429***	-8,163	9,563***	39,300	11,456***	45,672
Pequena	0,153	1,632	-0,119	-1,272	-0,168	-1,555
Média	-0,076	-0,934	-0,117	-1,425	-0,143	-1,507
VA - Agricultura	0,080***	5,537	0,072***	4,908	0,108***	6,461
VA - Indústria	0,052***	6,809	0,052***	6,709	0,059***	6,542
VA - Comércio	0,037***	2,972	0,035***	2,850	0,048***	3,365
População	2,424***	20,729	-	-	-	-
Empresas	-	-	0,833***	20,238	-	-
Vínculos	-	-	-	-	0,243***	9,774
R2- ajustado	0,58		0,57		0,43	
Teste F	192,17		186,89		104,45	
<i>Breusch-Pagan</i>	2,12983e-243		4,11484e-247		1,4811e-237	
Hausman	1,5148e-085		2,39575e-059		6,06735e-037	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Notas: As estimações dos modelos foram realizadas com o uso de erros padrão robustos (HAC) no software Gretl. Coef. é a abreviatura de coeficiente.

Todas as variáveis foram utilizadas em escala logarítmica.

Os símbolos *, ** e *** representam significância a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

De modo geral, os resultados apresentados na Tabela 4 são similares aos encontrados na Tabela 3, comprovando uma relação positiva e significativa entre esse tipo de receita e o aumento da população estimada, do número de empresas e de vínculos empregatícios. Além disso, impactos positivos na receita oriundos dos valores adicionados na agricultura e na indústria. A diferença da análise para esse tipo de receita está no impacto positivo do valor adicionado do comércio nesse tipo de receita. A partir disso, percebe-se que aumentos de 1% no valor adicionado do comércio gera, em média, aumentos de receita de magnitudes de 0,037%, 0,035% e 0,048%, nas equações 1, 2 e 3, respectivamente, fato que demonstra que o movimento econômico realizado no comércio tem impacto positivo na obtenção de receitas de transferências correntes.

Na tabela 5 apresentam-se os resultados encontrados na regressão em painel (fixo) sobre a variável dependente de agrupamentos das receitas de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, e outras receitas correntes das séries históricas anuais do presente estudo.

Tabela 5 - Resultados da estimação do grupo 3 - Receitas de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, e outras receitas correntes

Modelos de Painel com Efeito Fixo	Equação 1		Equação 2		Equação 3	
	coef.	razão-t	coef.	razão-t	coef.	razão-t
Constante	-7,7e+07	-0,872	4,85***	5,023	6,673***	7,681
Pequena	1,63e+07**	2,028	0,859**	2,314	0,796**	2,124
Média	1,5e+07**	2,292	0,813**	2,504	0,782**	2,387
VA - Agricultura	7,31e+06	-0,934	0,087	1,509	0,131**	2,252
VA – Indústria	-1,15e+06	0,331	0,030	0,996	0,031	0,998
VA - Comércio	216821	1,172	0,050	1,005	0,060	1,198
População	1,23e+06	0,728	-	-	-	-
Empresas	-	-	1,021***	6,247	-	-
Vínculos	-	-	-	-	0,403***	4,673
R2- ajustado	0,09		0,11		0,09	
Teste F	1,27		16,46		13,39	
<i>Breusch-Pagan</i>	9,55542e-206		3,66648e-214		2,21831e-211	
Hausman	7,55082e-006		5,32863e-010		1,87285e-012	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Notas: As estimações dos modelos foram realizadas com o uso de erros padrão robustos (HAC) no software Gretl. Coef. é a abreviatura de coeficiente.

Todas as variáveis foram utilizadas em escala logarítmica.

Os símbolos *, ** e *** representam significância a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Diferente do apresentado nas tabelas anteriores, essa não parece ser uma boa especificação para esse conjunto de dados. Ou ainda, essa relação para esse tipo de receita pode não ser a mais indicada. Argumentos nesse sentido são o pouco expressivo coeficiente de determinação ajustado, com valor aproximado de 10%, além de poucos parâmetros constarem como significativos. Nesse sentido, apenas as variáveis de controle (relativas a tamanho) foram significativas na equação 1. A

equação 2, além desses, apresentou o impacto positivo do número de empresas para esse tipo de arrecadação, com incrementos de 1,02% para cada 1% de acréscimo de empresas nas cidades. E, por fim, na equação 3 o valor adicionado da agricultura evidenciou-se significativo, com a magnitude de 0,131. A Tabela 6 apresenta os resultados encontrados na regressão em painel (fixo) sobre a variável dependente de agrupamento das receitas de capital no qual registra os valores dos recursos recebidos de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital das séries históricas anuais do presente estudo.

Tabela 6 - Resultados da estimação do grupo 4 - Receitas de capital

Modelos de Painel com Efeito Fixo	Equação 1		Equação 2		Equação 3	
	coef.	razão-t	coef.	razão-t	coef.	razão-t
Constante	-4,182	-0,461	-0,936	-0,445	4,193	2,219
Pequena	-0,119	-0,144	-0,172	-0,212	-0,244	-0,300
Média	-0,659	-0,924	-0,637	-0,902	-0,687	-0,964
VA - Agricultura	0,180	1,419	0,125	0,994	0,193	1,527
VA - Indústria	0,231***	3,442	0,197***	2,965	0,241***	3,563
VA - Comércio	0,171	1,585	0,137	1,280	0,182*	1,680
População	0,962	0,936	-	-	-	-
Empresas	-	-	1,394***	3,918	-	-
Vínculos	-	-	-	-	-0,006	-0,030
R2- ajustado	0,07		0,09		0,07	
Teste F	10,26		12,86		10,11	
<i>Breusch-Pagan</i>	1,14602e-016		5,87806e-016		3,39596e-016	
Hausman	0,000333399		3,60615e-007		0,00012669	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Notas: As estimações dos modelos foram realizadas com o uso de erros padrão robustos (HAC) no software Gretl. Coef. é a abreviatura de coeficiente.

Todas as variáveis foram utilizadas em escala logarítmica.

Os símbolos *, ** e *** representam significância a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Assim como o apresentado na Tabela 5, os resultados apresentados na Tabela 6, essa não parece ser uma boa especificação para esse conjunto de dados. Ou ainda, essa relação para esse tipo de receita pode não ser a mais indicada. Argumentos nesse sentido são o pouco expressivo coeficiente de determinação ajustado, com valor aproximado de 10%, além de poucos parâmetros constarem como significativos. Destaca-se como variável explicativa estatisticamente significativa nas equações 1, 2 e 3 o valor adicionado da indústria. Variações de 1% nessa variável geram um impacto positivo nesse tipo de receita de, em média, 0,231%, 0,197% e 0,241%, respectivamente. Além disso, o número de empresas (na equação 2) e o valor adicionado do comércio (equação 3) também apresentam sinais positivos e significância estatística para explicar os resultados dessa receita.

5 CONCLUSÃO

Para responder o objetivo deste estudo de identificar a relação entre as fontes receitas públicas municipais em relação ao nível populacional, empresas e vínculos trabalhistas existentes, efetuou-se levantamento das arrecadações tributárias dos municípios catarinenses no período de 2012 a 2015 e utilizou-se modelos de dados em painel.

Em uma primeira análise verificou-se na que as receitas tributárias, as quais compreendem as receitas próprias dos municípios, não apontam como principal fonte de recursos na amostra exposta, o que denota a incapacidade de arrecadação e dependências financeira da maioria dos municípios. Assim as transferências correntes constituem no presente estudo com o maior montante de recursos disponíveis para o custeio da máquina pública. Com as receitas de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços demonstram que não representam valores estáveis no decorrer do período e a sua ocorrência se caracteriza pela ação governamental para obtê-la, ou seja, o esforço em obter transferências voluntárias do Estado e da União. Situação similar ocorre com as receitas de capital possuem em seu pilar a obtenção por meio de transferências voluntárias firmadas junto a outros entes federativos e assim oscilam no decorrer do período.

Na análise das receitas tributária e transferências correntes foi evidenciada uma relação positiva e significativa entre o população, empresas e vínculos empregatícios com as receitas, corroborando com a formação de premissas dos meios de arrecadação municipal dentre a estrutura econômica presente nos municípios catarinenses. Onde coeficiente relativo a população foi o que

apresentou a maior magnitude. O número de empresas possui variação quase que proporcional a da receita e, com o menor dos impactos na receita está o número de vínculos empregatícios.

Por outro lado, ao analisar as receitas de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, e outras receitas correntes apenas as variáveis de controle (relativas a tamanho) foram significativas na equação 1. A equação 2, além desses, apresentou o impacto positivo do número de empresas para esse tipo de arrecadação, e ainda na equação 3 o valor adicionado da agricultura evidenciou-se significativo. Com relação a receita de capital destaca-se como variável explicativa estatisticamente significativa nas equações 1, 2 e 3 o valor adicionado da indústria. Além disso, o número de empresas (na equação 2) e o valor adicionado do comércio (equação 3) também apresentam sinais positivos e significância estatística para explicar os resultados dessa receita.

Conclui-se que, a depender do tipo de receitas avaliadas, apresentam-se relações positivas e diferentes com a população, o número de empresas, a quantidade de vínculos empregatícios e o valor adicionado nos setores, em especial para a agricultura e indústria. Essas diferenças são relativas, possivelmente, à natureza da arrecadação que conforme o objeto ao qual está vinculado o fato gerador da receita. Assim há recursos que o critério de recebimento está vinculado a população, outro fato gerador está associado a movimentação econômica da empresa, ou ainda ao vínculo trabalhista das pessoas no município onde exerce sua força de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, M. C.; BANKER, R. D.; JANAKIRAMAN, S. N. Are selling, general and administrative costs “Sticky”? *Journal of Accounting Research*. v. 41, n. 1, p. 47-63, 2003.

AFONSO, J. R. R.; ARAUJO, E. A. A capacidade de gasto dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, n. 4. p. 35-53. abr. 2000.

ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal: métodos com base na LC n. 101/2000 e nas classificações contábeis advindas da SOF e STN**. São Paulo: Atlas, 2010.

BAIÃO, A. L.; CUNHA, A. S. M. da; SOUZA, S. R. N. de. Papel das Transferências Intergovernamentais na Equalização Fiscal dos Municípios Brasileiros. In. XXXVIII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Administração - Enapad, **Anais...** Rio de Janeiro, 2014.

BOVO, J. M. Gastos sociais dos municípios e desequilíbrio financeiro. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 1, p. 93-117, 2001.

BRASIL. **Lei Federal n.º 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, 1964.

_____. **Lei Complementar n.º 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece Normas de Finanças Públicas Voltadas para a Responsabilidade Fiscal e Dá Outras Providências, 2000.

COSTA, L. A.; HUPPES, C. M.; SOPRANE, G. A.; MACHADO, E. A. Comportamento da Receita Pública: uma análise dos recursos a disposição das mesorregiões formadas pelos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2009. In: XX Congresso Brasileiro de Custos – ABC, 11. 2013. Uberlândia – MG. **Anais...** Uberlândia: ABC, 2013.

DANTAS, F. C.; ALBUQUERQUE, L. S.; RÊGO, T. F.; CARVALHO, J. R. M.; BATISTA, F. F. O orçamento público como ferramenta efetiva para gestão e controle financeiro da administração pública: uma análise da percepção dos gestores municipais da microrregião de Sousa/PB. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 2, n. 1, p. 91-104, 2014.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. D.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GIACOMINI, J. **Orçamento público**. 13. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2005.

Brazilian Journal of Development

GOUVÊA, M. A.; VARELA, P. S.; FARINA, M. C. Avaliação das relações entre receita tributária e desenvolvimento econômico e social dos grupos 3, 4 e 5 de municípios paulistas, segundo o IPRS: uso da análise multivariada de variância. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 16, n. 2, p. 1-21, 2010.

HAUSMAN, J. A. Specification tests in econometrics. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, p. 1251-1271, 1978.

JOHNSTON, J.; DINARDO, J. **Econometric methods**, volume 4. Wiley Online Library, 1972.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 16 ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

REIS, P. R. C.; COSTA, T. M. T.; SILVEIRA, S. F. R. Receita pública e bem-estar social nos municípios mineiros emancipados no período de 1988 a 1997. **REAd**. Porto Alegre – – p. 61-82, Edição 74 - N° 1 – jan/abr, 2013.

REIS, A.; ABRANTES, L. A.; FARONI W.; PASSOS, N. L. Comportamento da arrecadação própria e da carga tributária nos municípios da zona da mata mineira. **Revista Ambiente Contábil**. v. 8. n. 1, jan./jun., 2016.

REZENDE, F. **Os Desafios do Federalismo Fiscal**. In: REZENDE, F.. (Org.). *Desafios do Federalismo Fiscal*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

RIGHI, M. B.; CERETTA, P. S. Análise Temporal das Receitas da Prefeitura Municipal de Santa Maria. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 3, p. 120-130, 2015.

ROSA, M. B. **Contabilidade do setor público**. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, R.G.; FELEMA, J.; NASCIMENTO, S.; FERREIRA, C.; SESSO FILHO, U. A.; DINIZ, S. S. Análise Espacial das Arrecadações de Impostos Típicos de Municípios, no período de 2000 a 2011, no Estado do Paraná. In: ENCONTRO DE ECONOMIACATARINENSE – CRESCIMENTO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO, 7, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, v. 7. p. 25-26, 2013.

SANTA CATARINA - Secretária da Fazenda Estadual (SEF-SC). **Valor Adicionado dos Municípios**. Disponível em: http://www.sef.sc.gov.br/servicos/servico/92/Valor_adicionado_por_munic%C3%ADpio_e_atividade. Acesso em: 20 fev. 2017.

SANTOS, S. R. T.; ALVES, T. W. O impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no desempenho financeiro e na execução orçamentária dos municípios no Rio Grande do Sul de 1997 a 2004. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 181-208, jan./fev., 2011.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP**. 7 ed., 2016. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SOARES, C. S.; FLORES, S. A. M.; CORONEL, D. A. O Comportamento da Receita Pública Municipal: Um Estudo de Caso no Município de Santa Maria (RS). **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 25, p. 312-338, 2014.

STOCK, J. H.; WATSON, M. W. **Introduction to econometrics**, volume 104. Addison Wesley New York, 2003.

TOMIO, F. R. de L. Federalismo, Municípios e Decisões e Legislativas: A Criação de Municípios no Rio Grande do sul. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 24, p. 123-148, 2005.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**. The MIT Press, Cambridge, MA, 2002.

ZONATTO, V. C. S.; HEIN N. Eficácia da previsão de receitas no orçamento dos municípios gaúchos: uma investigação empírica dos exercícios de 2005 a 2009 utilizando a análise de clusters. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 37, p. 102-131, jan./jun. 2013.